



CPD
Rosa
M

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

2015



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Handwritten signatures and initials, including 'AB. Rede' and a large stylized signature.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

(montantes expressos em euros)

1-IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA DE REI é uma Instituição de Solidariedade Social, fundada no ano de 1581, com sede no Bairro de Santo António, 6110-217, VILA DE REI, e tem o objetivo de satisfazer carências sociais, desenvolvendo as seguintes respostas sociais: Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades Ocupacionais, Lar de Idosos, Apoio Domiciliário, Cantinas Sociais, Rede Cuidados Continuados e praticar atos de culto católico como atividade principal.

O fundo patrimonial é representado com valor nominal inicial de 10.215,01€.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 18 de Março de 2016. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia de Irmãos, nos termos dos Estatutos da Santa Casa em vigor.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2-REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 -As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da instituição e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo), Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelos de Demonstrações Financeiras), Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas), Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para SNL), Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho - SNC.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.



Rosa
AB
[Handwritten signatures]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.4 - Efeitos futuros das alterações ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual, tendo por base os elementos que dispomos não irá originar efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

3 -PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 -Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 -Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 -Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 -Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 -Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente,



Handwritten signatures and initials: "Rosa" and "CR3" are visible in the top right corner.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grande número de Transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 -Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 -Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Handwritten notes and signatures: "Rosa" at the top right, "A3" in the middle, and several illegible signatures below.

3.2 - POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As depreciações são calculadas e registadas, pelo método das quotas constantes, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, para os ativos fixos tangíveis anteriores a entrada do normativo, as taxas são as definidas na portaria 173/89 de 3 de Março (específicas para as IPSS), para os bens com data de aquisição posteriores a esta, são as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Vida útil esperada
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10 anos

O ganho resultante da alienação de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o valor do montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2.2 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.



Rosa
CF3
A
M

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Vida útil esperada
Programas de Computado	3 Anos

3.2.3 - Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Rosa" and some illegible scribbles.

3.2.4 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital ou ambos, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com modelo do custo.

Os ativos da Instituição que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção. A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica de “Ganhos/Perdas por aumentos de justo valor”.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.2.5 - Imposto Sobre o Rendimento

O imposto corrente a baseado no lucro tributável do período, é nulo, uma vez que o lucro está isento, pois as operações são isentas de IRC.

3.2.6 - Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o preço de compra e outros impostos (que não sejam os posteriormente recuperáveis das entidades fiscais pela entidade) e custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar o seu consumo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por



Rosa

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela instituição consiste no custo médio.

3.2.7 – Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

3.2.8 - Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo.

3.2.9 - Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática proporcionalmente às amortizações dos ativos.

3.2.10 - Provisões

As provisões são registadas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Rosa
03
[Handwritten signatures]

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.11 -Locação Financeira

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.12 - Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.3 -Acontecimento Subsequentes e Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

3.4.1 Provisões e Ajustamentos aos valores dos ativos

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.4.2 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Entidade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Entidade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Mesa Administrativa no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Rosa
Handwritten signature and initials.

indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4.3 Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

As vidas úteis utilizadas no cálculo das amortizações económicas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009. A Mesa Administrativa considera que estas são as que melhor se adequam ao padrão de consumo dos futuros benefícios económicos incorporados nos ativos através do seu uso.

4 - FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes detalha-se conforme se segue:

	2015	2014
Numerário	3.080,01	8.574,67
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	490.284,68	215.386,10
Aplicações de tesouraria	400.000,00	400.000,00
	<u>893.364,69</u>	<u>623.960,77</u>
	<u>893.364,69</u>	<u>623.960,77</u>

A rubrica Depósitos Bancários inclui o montante de 46.420,60€ em 2015 e 42.474,45€ em 2014, que não se encontra disponível para uso da Instituição, em resultado destes montantes pertencerem a utentes que delegam na Instituição a gestão dos seus fundos.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

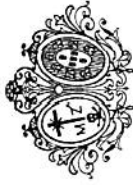
Instituição Particular de Solidariedade Social

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31-12-2015 e em 31-12-2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

2015

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administr.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	312.170	5.070.729	825.100	237.280	175.396	291.514	104.005	7.016.194
Aquisições	-	7.221	24.223	4.100	5.501	11.767	788.457	841.268
Alienações	-	(29.281)	-	-	-	-	-	(29.281)
Abate	-	145.420	-	-	-	-	(145.420)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	312.170	5.194.089	849.323	241.380	180.896	303.281	747.041	7.828.181
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	1.280.503	744.139	229.643	120.562	273.420	-	2.648.268
Amortizações do exercício	-	122.014	59.609	6.971	9.676	6.434	-	204.704
Alienações	-	(2.928)	-	-	-	-	-	(2.928)
Abates	-	1.399.589	803.748	236.615	130.238	279.854	-	2.850.044
Saldo final	-	3.794.500	45.575	4.766	50.658	23.426	747.041	4.978.137
Ativos líquidos	312.170	3.794.500	45.575	4.766	50.658	23.426	747.041	4.978.137



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

2014

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administr.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	312.170	4.976.994	817.033	237.280	162.907	287.062	67.094	6.860.541
Aquisições		2.544	8.067		12.488	4.452	128.101	155.653
Alienações		91.190					(91.190)	-
Transferências		5.070.729	825.100	237.280	175.396	291.514	104.005	7.016.194
Saldo final	312.170	5.070.729	825.100	237.280	175.396	291.514	104.005	7.016.194
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		1.169.055	683.854	223.697	106.283	244.995		2.427.884
Amortizações do exercício		111.448	60.286	5.946	14.279	28.425		220.385
Alienações								-
Transferências		1.280.503	744.139	229.643	120.562	273.420		2.648.268
Saldo final		3.790.226	80.961	7.637	54.833	18.094		4.367.926
Activos líquidos	312.170	3.790.226	80.961	7.637	54.833	18.094	104.005	4.367.926



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural

2015

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administr.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	-	247.225	-	-	-	11.688	-	258.913
Saldo final	-	247.225	-	-	-	11.688	-	258.913
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	36.262	-	-	-	-	-	36.262
Amortização do Exercício	-	4.849	-	-	-	-	-	4.849
Saldo final	-	41.111	-	-	-	-	-	41.111
Ativos líquidos	-	206.114	-	-	-	11.688	-	217.802



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

2014

[Handwritten signatures and initials]
CS
Rosa

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial		247.225				11.688		258.913
Transferências		247.225				11.688		258.913
Saldo final								
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			31.413					31.413
Transferências			4.849					4.849
Amortização do Exercício			36.262	0	0	0	0	36.262
Saldo final								
Ativos líquidos			210.963			11.688		222.651

Em 31-12-2015 e em 31-12-2014, a Instituição tinha os seguintes ativos tangíveis afetados por restrições de titularidade:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

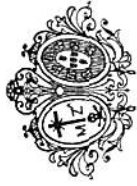
93
Rosa
[Handwritten signature]

2014

	Propriedades de investimento			Total
	Arrendadas	Para venda	Em desenvolvimento	
Saldo inicial - quantia bruta	43.927	26.396	-	70.323
Saldo final - quantia bruta	43.927	26.396	-	70.323
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Saldo final - quantia escriturada líquida	43.927	26.396	-	70.323

No decurso dos exercícios findos em 31.12.2015 e em 31.12.2014 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	2015		Ajustamentos de justo valor			Resultado
	Rendimentos de rendas	Gastos diretos	Ganhos em transfer. de outros ativos	Perdas em transfer. de outros ativos	Outros ganhos	
Arrendadas:						
Artigo Urbano nº 4912	681	509	-	-	-	172
Artigo Urbano nº 2832	2.100	186	-	-	-	1.914
	2.781	695	-	-	-	2.086
Para venda:						
Em desenvolvimento:						
Adiantamentos:						
	2.781	695	-	-	-	2.086



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

2014

	Ajustamentos de justo valor				Resultado
	Ganhos em transfer. de outros ativos	Perdas em transfer. de outros ativos	Outros ganhos	Outros perdas	
Arrendadas:					
Artigo Urbano nº 4912	676	509			167
Artigo Urbano nº 2832	1.800	186			1.614
	2.476	695			1.781
Para venda:					
Em desenvolvimento:					
Adiantamentos:					
	2.476	695			1.781



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Handwritten signature and initials, including "Rosa" and "P3".

7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2015 e em 31.12.2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

2015					
	Projetos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	-	7.750,90	-	-	7.750,90
Aquisições					-
Saldo final	-	7.750,90	-	-	7.750,90
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	6.410,85	-	-	6.410,85
Amortizações do exercício		1.340,05			1.340,05
Saldo final	-	7.750,90	-	-	7.750,90
Ativos líquidos	-	-	-	-	-

2014					
	Projetos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial		7.750,90			7.750,90
Aquisições		-			-
Saldo final	-	7.750,90	-	-	7.750,90
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		3.827,09			3.827,09
Amortizações do exercício		2.583,76			2.583,76
Saldo final	-	6.410,85	-	-	6.410,85
Activos líquidos	-	1.340,05	-	-	1.340,05



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

93 Rosa
[Handwritten signatures]

- LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31.12.2015 e 31.12.2014 a instituição é locatária em contratos de locação financeira relacionados com painéis solares, os quais se encontram denominados em euros.

Os bens detidos em regime de locação financeira são detalhados conforme se segue:

	2015		2014	
	Custo	Amortiz./ perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Montante líquido
Outros ativos tangíveis	128.232,16	128.232,16	-	-
	128.232,16	128.232,16	-	-

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 2015 e 2014, são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
	2015	2014
Até 1 ano	10.866	10.561
Entre 1 ano e 5 anos	29.252	40.178
A mais de 5 anos	0	0
Total	40.119	50.739

Locações operacionais – Locador

Em 31.12.2015 a Instituição é locadora em contratos de locação operacional relacionados com prédios arrendados, os quais se encontram denominados em euros.

O rendimento relacionado com locações operacionais é o indicado na Nota 6 – Propriedades de Investimento.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Q3 Rob

9 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2015.

Não existem gastos com imposto sobre o rendimento em 31.12.2015 e 31.12.2014.

10 - INVENTÁRIOS

Em 31-12-2015 e em 31-12-2014, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

QUANTIA ESCRITURADA DOS INVENTÁRIOS

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Qtas Brutas	Perdas por Impar. Acum.	Qta Líquidas Escruturadas	Qtas Brutas	Perdas por Impar.A cum.	Qtas Líquidas Escruturadas
Mercadorias	0,00		0,00	0,00		0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	43.974,34		43.974,34	45.022,30		45.022,30
Produtos e trabalhos em curso			0,00			0,00
Total:	43.974,34	0,00	43.974,34	45.022,30	0,00	45.022,30



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Handwritten signature and initials, including "13" and "Rosa".

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

QTA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Mercadorias	Matérias-primas Subsid. Consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas Subsid. Consumo	Total
Inventário Inicial:	0,00	45.022,30	45.022,30	0,00	45.384,43	45.384,43
Compras	0,00	546.430,56	546.430,56	0,00	567.909,00	567.909,00
Regularizações	0	0	0,00	0	0	0,00
Inventário Final	0,00	43.974,34	43.974,34	0,00	45.022,30	45.022,30
C.M.V.M.C.	0,00	547.478,52	547.478,52	0,00	568.271,13	568.271,13

II – ATIVOS FINANCEIROS

Não Correntes

Em 31.12.2015 e 31.12.2014 a rubrica de Investimentos Financeiros apresentava o saldo de 4.181,05€, conforme tabela:

	2015	2014
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Sertã	705	705
Fundo de Compensação do Trabalho	3.476	861
	<u>4.181</u>	<u>1.566</u>

Correntes

Clientes

Em 31.12.2015 e 31.12.2014 a rubrica de clientes apresentava a seguinte decomposição:

CLIENTES	2015			2014		
	Conta Corrente	Imparidade	Valor Líquido	Conta Corrente	Imparidade	Valor Líquido
UTENTES LAR/CRECHE/APOIO	53.074,87	28.479,69	24.595,18	47.726,28	13.658,05	34.068,23
Utentes UCC	55.606,98	15.401,98	40.205,00	51.958,28		51.958,28



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Q3
Rei

CENTRO DIST.SEGURANÇA SOCIAL	59.998,64	59.998,64	60.467,46	60.467,46		
ARS CENTRO	369.490,65	369.490,65	181.435,62	181.435,62		
MUNICIPIO DE VILA DE REI	3.487,38	3.487,38	3.457,62	3.457,62		
OUTROS	8.475,72	8.475,72	7.393,37	7.393,37		
Total	550.134,24	43.881,67	506.252,57	352.438,63	13.658,05	338.780,58

Estado

Descrição	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Retenção na Fonte			16,01	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		11.481,59	135,61	13.149,00
Imposto sobre o valor acrescentado	64.830,48	76.636,08	7.636,55	16.780,42
Contribuições para a Segurança Social		44.969,29		44.395,46
Outras Contribuições		339,68		156,95
Total	64.830,48	133.426,64	7.788,17	74.481,83

Outras Contas a Receber

Outras Contas a Receber	2015	2014
Carlos Nunes	5.135,90	5.135,90
Outros	5.165,81	10.158,83
Medicação Utentes	6.133,67	0,00
Devedores por acréscimo rendimento	2.382,50	64.489,71
Devedores por acréscimo rendimento	2.545,56	0,00
Pessoal	0,00	917,65
Fornecedores	4.456,64	12.454,90
Total	25.820,08	93.156,99

Adiantamento a Fornecedores

	2015	2014
A Icornel	0,00	1.884,36
CMN, LDA	3.100,00	3.100,00
Rxel, Lda	969,24	969,24
INCM	0,00	302,05
Diversos	120,16	104,59
Total	4.189,40	6.360,24



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

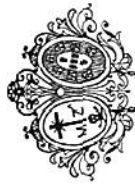
93
Rosa

Fundadores / Doadores / Irmãos

Descrição	2015	2014
Diversos (quotas)	18.360,00	16.500,00
Total	18.360,00	16.500,00

12 – Gastos a reconhecer

Gastos a Reconhecer	2015	2014
Seguros	4.787,76	4.822,98
Gasóleo	2.766,34	1.247,25
Ferramentas utensílios	15.828,37	14.316,69
Material de Escritório	9.728,69	8.337,21
Contrato Assistência de Informática	4.100,00	4.612,50
Outros	372,56	633,85
Total	37.583,72	33.970,48



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

13 – PASSIVOS FINANCEIROS

Financiamentos Obtidos

	Entidade Financiadora	2015		2014		Vencimento	Tipo de Amortização
		Montante utilizado		Montante utilizado			
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Empréstimo nº 0912001922291	CGID	158.716,75	185.576,09	488.242,47	-	2018	Renda Constante
Empréstimo nº 770033000	NB	98.363,32	811.497,57	98.363,32	909.860,91	2025	Capital Constante
Empréstimo nº 0912.002002010.251	CGID-Jessica	-	526.316,00	-	-	2030	Capital Constante
Empréstimo nº 0912.002002011.251	CGID-Jessica	-	48.502,33	-	-	2030	Capital Constante
		257.080,07	1.571.891,99	586.605,79	909.860,91		
Outros empréstimos obtidos:							
Leasing nº 183678	Santader Totta	10.560,98	29.500,99	10.560,98	40.177,99	2019	Renda variável

		10.560,98	29.500,99	10.560,98	40.177,99		
		267.641,05	1.601.392,98	597.166,77	950.038,90		
Total instituições financeiras		267.641,05	1.601.392,98	597.166,77	950.038,90		

Garantias Prestadas

Hipoteca de 1.500.000,00 € sob imóvel e livrança subscrita pela Santa Casa

Hipoteca de 900.000,00 € sob imóvel a Caixa Geral de Depósitos

Hipoteca de 1.000.000,00 € sob imóvel a Caixa Geral de Depósitos



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Roia 93

Fornecedores

Denominação	2015	2014
Total Fornecedores	186.489,77 €	193.459,86 €
A ICORMEL - Comércio e Indústria de Equipamentos,	979,08 €	1.884,36 €
Abrancongelados - Produtos Alimentares, Lda	1.859,36 €	2.225,21 €
Abranfrio - Equipamentos Hoteleiros, Lda.	1.701,96 €	2.688,05 €
Alfesaúde - Serviços Médicos, Lda	2.160,00 €	1.980,00 €
Alliance Healthcare, S.A.	8.825,27 €	3.511,15 €
ArtiFofó - Equipamentos Hospitalares e Farmacêutico	5.773,93 €	4.157,72 €
Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila de Re	- €	2.919,34 €
Auto Mecânica da Milriça, Lda.	1.588,93 €	- €
Aviário Tavares	1.999,56 €	2.343,60 €
Aviludo - Indústria e Comércio de Produtos Alimentares	1.653,23 €	1.219,29 €
Beira Sumos Lda.	1.696,29 €	2.072,58 €
Carlos Alves da Silva	2.483,96 €	- €
Casa Roque - Cardoso & Pires, Lda.	9.076,18 €	9.536,58 €
Casel- Produção e Industrialização de Carnes, Ld	- €	820,84 €
CNM	3.037,38 €	- €
Companha de Torres Novas	1.775,52 €	1.775,52 €
DANIGURTE - Distribuição, Prod. Alimentares, Lda.	- €	1.525,03 €
Domingos Martins Fernandes	1.537,79 €	1.537,79 €
EDP - COMERCIAL	8.973,45 €	7.691,46 €
EDP Distribuição - Energia, S.A.	6.144,27 €	- €
Estrela da Beira	4.044,71 €	3.241,74 €
EXPLAZEITE - Transformação de Azeites, Lda.	- €	1.389,93 €
FRIJOBEL - Indústria e Comércio Alimentar, S.A.	13.808,93 €	9.930,26 €
Frutas do Bonjardim, Lda.	949,52 €	- €
Gameiros, Material Clínico	1.567,33 €	1.567,33 €
GLOBALAWERS & ASS.SOC.ADVOGADOS R.L.	984,00 €	- €
Gramarro Supermercados, Lda.	1.164,84 €	1.164,84 €
Henriques & Rodrigues, S.A.	1.007,85 €	- €
J P - Venda Material de Incontinência Enfermagem	1.332,33 €	- €
João Augusto Pereira Serras - Comércio de Pneus e	2.078,00 €	2.588,00 €
Joaquim Luz, Lda	- €	20.332,50 €
José Carlos Vinagre Dias Santos	2.000,00 €	- €
José Fernando Correia - Armazenista de Fruta e Pro	6.775,48 €	9.599,23 €
José Símões Carvalho, Lda	2.160,00 €	2.340,00 €
Kaptain Higiene Global, Lda	3.300,30 €	4.279,14 €
KMG KINGMAN, MANUTENÇÃO GLOBAL, LDA	- €	1.107,00 €
Lactogal	1.428,66 €	- €
Manuel Barros	3.524,74 €	- €
Manuel da Silva Marques, Lda	906,23 €	- €
Manuel Faustino Junior, Lda	1.014,84 €	- €
Manuel Faustino Júnior, Lda	- €	1.014,84 €
Manuel Martins -Serviços de Engenharia, Lda	4.943,48 €	6.244,88 €
Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda	1.127,44 €	- €
Maria Dias, Lda	1.602,30 €	1.455,41 €
Martinho José Paulino Lda.	1.245,00 €	- €
Município de Vila de Rei	951,63 €	2.308,01 €
Nestlé Portugal, S.A.	920,14 €	1.095,38 €
Nuclimune - Climatização Unipessoal, Lda	- €	5.987,80 €



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Roxer 03
[Handwritten signature]

Denominação	2015	2014
Oferecidaia, S. A.	- €	2.458,30 €
Padaria Vicente, Lda.	2.625,99 €	2.941,89 €
Paul Hartmann, Lda.	1.524,56 €	- €
Praxair Portugal Gases, S. A.	2.096,06 €	4.397,93 €
Quilaban - Química Laboratorial Analítica, Lda	- €	1.017,60 €
Recheio - Cash & Carry, S.A.	- €	1.435,58 €
Repsol Gás Portugal S.A.	8.465,59 €	10.987,84 €
Rexel -Distribuição de Material Electrico, S.A.	1.185,91 €	- €
Sanofi - Produtos Farmacêuticos, Lda	- €	962,38 €
Sarsaude - Cuidados de Saúde, Lda	1.260,00 €	1.260,00 €
SAS TI - SOLUÇÕES PARA TECN. DE INFORMAÇÃO, UNIP.	9.873,17 €	10.686,93 €
SCA HYGIENE PRODUCTS, LDA	6.171,74 €	7.975,57 €
SERRAGEL - Produtos Alimentares, Lda.	4.112,38 €	3.684,18 €
Sóprei, C.R.L.	2.350,40 €	2.205,88 €
TONYTECTOS-Comércio e Serviços, Lda	1.332,00 €	- €
União das Misericórdias Portuguesas	2.000,00 €	- €
Outros	23.388,06 €	19.910,97 €

Outras contas a pagar

Outras Contas a Pagar	2015	2014
Remunerações a pagar	313.921,76	289.565,08
Honorários Carlos Nunes	24.084,56	24.084,56
Cofre utentes	42.256,94	41.354,51
Outros	900,25	6.038,37
Outros Credores por acréscimos Gastos	3.585,14	
Fornecedores de Investimentos	207.514,30	0,00
SCM Lisboa (*)	307.364,12	0,00
Total	899.627,07	361.042,52

(*) Este valor refere-se ao montante recebido da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, verba esta que terá de se devolver conforme cláusula quarta do Protocolo de Colaboração assinado em 13 de Agosto de 2013, e aprovado em Assembleia Geral em 26 de Setembro de 2013.

Rendimentos a Reconhecer

Rédito a Reconhecer	2015	2014
Diferimento - Apartamentos	207.162,74	205.054,54
Outros Rendimentos	0,00	4.244,43
Total	207.162,74	209.298,97



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

Rob Q3
[Handwritten signature]

14 - RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em e em é detalhado conforme se segue:

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Vendas de bens	0,00	1.881,50
Prestação de serviços	2.756.592,54	2.755.643,81
Juros	4.252,01	10.692,30
Total:	2.760.844,55	2.768.217,61

15 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	738.970,93	758.055,98
ISS, IP - Centro Distrital	738.970,93	758.055,98
Subsídios de outras entidades	70.589,48	33.188,75
IEFP	58.311,84	31.982,75
Subsídio de Funeral	842,69	1.131,00
Subsídio da Autarquia	11.434,95	75,00
Doações e heranças	45.123,10	4.624,72
Subsídios, doações e legados à exploração	854.683,51	795.869,45



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

16 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS

Descrição	31-12-2015	31-12-2014	Δ Valor
Subcontratos	4.831,86	4.904,52	-72,66
Serviços especializados	162.694,37	183.935,82	-21.241,45
Trabalhos especializados	91.448,65	94.356,81	-2.908,16
Publicidade e propaganda	279,83	0,00	279,83
Vigilância e segurança	1.051,20	1.051,20	0,00
Honorários	8.770,00	35.903,50	-27.133,50
Conservação e reparação	57.645,87	50.208,91	7.436,96
Outros Serviços	3.498,82	2.415,40	1.083,42
Material	27.823,92	34.199,20	-6.375,28
Ferramentas	17.884,17	17.812,42	71,75
Material de escritório	6.874,65	13.177,50	-6.302,85
Artigos para oferta	465,28	1.277,42	-812,14
Outros Materiais	2.599,82	1.931,86	667,96
Energia e fluidos	175.697,95	192.459,05	-16.761,10
Eletricidade	88.550,39	80.963,39	7.587,00
Combustíveis	74.697,15	100.183,33	-25.486,18
Água	12.450,41	11.312,33	1.138,08
Deslocações, estadas e transportes	10.170,13	4.060,06	6.110,07
Deslocações e estadas	2.934,02	1.182,45	1.751,57
Transporte de mercadorias	2.814,26	2.219,56	594,70
Outros	4.421,85	658,05	3.763,80
Serviços diversos	26.812,10	44.602,68	-17.790,58
Rendas e Alugueres	1.291,50	0,00	1.291,50
Comunicação	11.246,17	10.665,29	580,88
Seguros	13.135,94	12.558,42	577,52
Contencioso e notariado	512,50	634,25	-121,75
Outros serviços	625,99	20.744,72	-20.118,73
Total	408.030,33	464.161,33	-56.131,00



93
Ribe

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

17 – GASTOS COM O PESSOAL

Gastos com o Pessoal

Os gastos reconhecidos no exercício com gastos com o pessoal e órgãos diretivos discriminam-se como se segue:

GASTOS COM O PESSOAL		
Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Remunerações dos Órgãos sociais	2.340,72	378,00
Remunerações do pessoal	1.853.733,31	1.784.451,38
Indemnizações	2.059,93	19.246,98
Encargos sobre remunerações	398.920,96	374.658,13
Seguro acidente de trabalho e doenças profissionais	11.387,75	9.841,51
Outros gastos com o pessoal	8.400,63	9.730,96
Total	2.276.843,30	2.198.306,96

Quadro de Pessoal

A Instituição tinha em média ao serviço 2015, 194 colaboradores e em 2014, 191 colaboradores.

Corpos Gerentes

Os Corpos Gerentes da Instituição são Compostos por 21 Elementos, eleitos para o Triénio 2014-2016, não sofreram alteração nos exercícios de 2015 e 2016.

Os Corpos Gerentes não auferem nenhum tipo de remuneração, expeto as deslocações ao serviço da Instituição.

Beneficiários

	Nº Utentes	
	2015	2014
Lar	110	110
Apoio	68	63
Creche e Jardim de Infância	30	31
UCC	68	68
Cantina Social	32	42
Total	308	314



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

18 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2014 e 2013 a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares	27.648,22	19.338,08
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	275,83	286,79
Imputação de subsídios para investimentos	78.134,68	71.200,17
Restituição de impostos	1.676,19	1.478,81
Outros não especificados	10.416,63	2.778,34
Total	118.151,55	95.082,19

19 – OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

OUTROS GASTOS E PERDAS		
Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Gastos e Perdas em investimento	26.352,87	0,00
Correções relativas de períodos anteriores	9.773,53	923,30
Quotizações	2.780,00	840,00
Outros não especificados	16,01	10,00
Total	38.922,41	1.773,30

20 – GASTOS E RENDIMENTOS DE FINANCIAMENTO

Gastos e Perdas de Financiamento

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Juros suportados	53.288,29	71.984,18

Juros e Outros Rendimentos Similares

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Juros obtidos	4.252,01	10.692,30
De depósitos	4.240,26	10.667,37
De outros financiamentos obtidos	11,75	24,93



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DE REI

Instituição Particular de Solidariedade Social

21 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes

Não existe qualquer valor reclamado, sendo que dessa forma não foram constituídas quaisquer provisões.

22 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Não existem dívidas em mora ao estado e à segurança social.

23 - ACONTECIMENTOS APOS A DATA DO BALANÇO

Após 31 de Dezembro de 2015 e até à presente data não foi registada a ocorrência de factos que possam afetar direta ou indiretamente as condições de equilíbrio económico e financeiro da empresa, ou que afetem de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras e os resultados apresentados ou que mereçam ser divulgados.

Vila de Rei, 18 de Março de 2016

O Contabilista Certificado

Rosa Martins

Rosa Martins

Os Representantes Legais

Maria Irene Barata

Maria Irene Barata Joaquim

Fernando Jorge Rodrigues da Cruz

Fernando Jorge Rodrigues da Cruz

Américo Bernardino

Américo Bernardino

António Barreiros da Silva

António Barreiros da Silva

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	4.978.138,33	4.363.077,68
Bens do Património Histórico e Cultural	5	217.802,30	227.500,79
Propriedades de investimento	6	70.322,84	70.322,84
Activos intangíveis	7	0,00	1.340,05
Investimentos Financeiros		4.181,05	1.565,63
		5.270.444,52	4.663.806,99
Activo corrente			
Inventários	10	43.974,34	45.022,30
Clientes	11	506.252,57	352.366,05
Adiantamentos a fornecedores		4.189,40	6.360,24
Estado e outros entes públicos		64.830,48	7.944,42
Fundadores/associados/membros		18.360,00	16.500,00
Outras contas a receber	11	23.477,52	80.702,09
Diferimentos	12	40.129,28	33.970,48
Caixa e depósitos bancários	4	893.364,69	623.960,77
		1.594.578,28	1.166.826,35
Total do Activo		6.865.022,80	5.830.633,34
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		10.215,01	10.215,01
Resultados trânsitados		2.105.987,96	1.998.561,11
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.243.757,06	1.321.891,74
		3.359.960,03	3.330.667,86
Resultado líquido do período		220.334,58	113.197,10
Total do fundo de capital		3.580.294,61	3.443.864,96
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	1.601.392,98	950.031,61
Outras Contas a pagar	13	307.364,12	0,00
		1.908.757,10	950.031,61
Passivo corrente			
Fornecedores	13	186.489,77	181.004,96
Estado e outros entes públicos	11	133.426,64	74.638,08
Financiamentos obtidos	13	255.934,75	597.166,77
Cientes Cobrança Duvidosa			13.730,63
Diferimentos	14	207.162,74	209.298,97
Outras Contas a pagar	13	592.957,19	361.042,52
		1.375.971,09	1.436.881,93
Total do Passivo		3.284.728,19	2.386.913,54
Total do capital próprio e do passivo		6.865.022,80	5.830.778,50

CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

Rosa Martins

Irene Barata
 [assinatura]
 [assinatura]
 [assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERIÓDICA

PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	14	2.756.592,54	2.757.525,31
Subsídios, doações e legados à exploração	15	854.683,51	795.869,45
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		52.334,54	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	547.478,52	568.271,13
Fornecimentos e serviços externos	16	408.030,33	464.161,33
Gastos com o pessoal	17	2.276.843,30	2.198.306,96
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	30.223,62	13.658,05
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	18	118.151,55	95.082,19
Outros gastos e perdas	19	38.922,41	1.773,30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		480.263,96	402.306,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5-6-7	210.893,12	227.817,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		269.370,84	174.488,98
Juros e rendimentos similares obtidos	20	4.252,01	10.692,30
Juros e gastos similares suportados	20	53.288,27	71.984,18
Resultados antes de impostos		220.334,58	113.197,10
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		220.334,58	113.197,10

Rosa Martins

Américo Bernardino
 Irene Barata

Luís Barata

Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2015

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		3.437.716,20	3.611.484,45
Pagamentos de subsídios		0,00	216,54
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		1.008.258,87	1.064.470,48
Pagamentos ao pessoal		2.240.308,68	2.172.032,99
Caixa gerada pelas operações		189.148,65	374.764,44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	156,25
Outros recebimentos/pagamentos		298.039,70	20.323,34
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		487.188,35	395.244,03
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		478.469,28	66.408,22
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		4.240,26	203,64
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-474.229,02	-66.204,58
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		569.236,33	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		260.435,77	251.137,83
Juros e gastos similares		52.355,97	70.713,87
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		256.444,59	-321.851,70
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		269.403,92	7.187,75
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		623.960,77	616.773,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		893.364,69	623.960,77

A Direcção

Luís Barata

O Responsável

Rosa Martins

Américo Bernardino

Luís Barata

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2014

DESCRICAÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							TOTAL	Total dos fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais			Resultado líquido do período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (6)		10.215,01			1.846.185,88			1.368.252,40	156.677,73	3.381.331,02	3.381.331,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas	18							-71.200,17		-71.200,17	-71.200,17
Diferimentos Subsídios ao Investimento	15							24.839,51		24.839,51	24.839,51
Subsídio ao Investimento											
Doações										0,00	0,00
Reserva										0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de a.f.t. e intangíveis										0,00	0,00
Correcções relativas a Períodos Anteriores					-4.302,50					-4.302,50	-4.302,50
Transferências					156.677,73					156.677,73	156.677,73
Excedentes de revalorização de a.f.t. e intangíveis e respectivas var	(7)										
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO (8)					152.375,23		0,00	-46.360,66		-156.677,73	-50.663,16
RESULTADO EXTENSIVO 9=7+8										113.197,10	113.197,10
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos										-43.480,63	62.533,94
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N 6+7+8+10		10.215,01			1.998.561,11		0,00	1.321.891,74	113.197,10	3.443.864,96	3.443.864,96

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rosa Martins

A MESA ADMINISTRATIVA





DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

DESCRICOÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								TOTAL	Total dos fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período				
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (6)		10.215,01			1.998.561,11					1.321.891,74	113.197,10	3.443.864,96	3.443.864,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	18											-78.134,68	-78.134,68
Diferimentos Subsidios ao Investimento	15											0,00	0,00
Subsidio ao Investimento												0,00	0,00
Doações												0,00	0,00
Reserva												0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de a.f.t. e intangíveis												0,00	0,00
Correcções relativas a Períodos Anteriores												0,00	0,00
Transferências												0,00	0,00
Excedentes de revalorização de a.f.t. e intangíveis e respectivas var.	(7)				-5.770,25		113.197,10					-5.770,25	-5.770,25
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO (8)					107.426,85			0,00				-113.197,10	0,00
RESULTADO EXTENSIVO 9=7+8												-83.904,93	-83.904,93
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												220.334,58	220.334,58
Fundos												107.137,48	136.429,65
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N 6+7+8+10		10.215,01			2.105.987,96			0,00		1.243.757,06	220.334,58	3.580.294,61	3.580.294,61

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rose Hudson

A MESA ADMINISTRATIVA

Antonio Bassigale

Antonio Bassigale

Frederico Barata

Americo Bernardino

Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

Alberto Alves Martins
Rua Padre António Vieira, 52 – 1º Dto.
4425 - 702 Pedrouços - Maia
Portugal
Telephone +351 22 017 83 76
Mobile +351 96 706 69 99
Facsimile +351 22 017 83 76
Web [linkedin.com/in/albertomartins](https://www.linkedin.com/in/albertomartins)
E-mail amadsm@gmail.com

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras da **Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 6.865.023 euros e um total do fundo de capital de 3.580.295 Euros, incluindo um resultado líquido do período de 220.335 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. E da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, as alterações no seu fundo de capital, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Reservas

7. Nas demonstrações financeiras da Santa Casa de Misericórdia de Vila de Rei existem bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento atribuídos a título gratuito cuja mensuração no reconhecimento é efetuada pelo seu valor patrimonial fiscal acrescido dos custos escriturais e registrais. Nestes casos, segundo o normativo contabilístico vigente, os bens deveriam ser mensurados ao justo valor ou ao valor pelo qual se encontram segurados. A quantia assim apurada corresponde ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

8. Existe uma diferença para mais entre a quantia bruta escriturada de bens das rubricas do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento e o mapa de reintegrações e amortizações fiscais de cerca de 435.115 € (quatro centos e trinta e cinco milhares e cento e quinze euros). Esta diferença foi identificada no mapa de amortizações do ano 2000 e 1999, não existindo mapas anteriores a esta data. As primeiras demonstrações financeiras que se encontram disponíveis na instituição são de 1990.

Opinião

9. Em minha opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima e exceto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no seu fundo de capital e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).



Alberto Alves Martins

Revisor Oficial de Contas

Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também minha opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Vila de Rei, 18 de Março de 2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alma', written in a cursive style.

Alberto Manuel Alves da Silva Martins. ROC

